



DE 22 A 26 MAIO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 523/XIII](#)

Criação de registo nacional único e CAE específico para a atividade económica itinerante de diversão denominado "Atividade Itinerante de Diversão"

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 524/XIII](#)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, clarificando o regime de autorização de exploração de estabelecimentos de alojamento local

Autoria: PS

[Projeto de Lei 525/XIII](#)

Define os atos próprios dos médicos veterinários

Autoria: PS

[Projeto de Lei 526/XIII](#)

Exercício do direito de petição (Quarta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto)

Autoria: PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV

[Projeto de Lei 527/XIII](#)

Terceira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)

Autoria: PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Lei 528/XIII](#)

Lei Orgânica do Regime do Referendo (Sexta alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril)

Autoria: PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV

[Projeto de Lei 529/XIII](#)

Estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TIRPE)

Autoria: PSD

[Proposta de Lei 83/XIII](#)

Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas

[Proposta de Lei 84/XIII](#)

Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas.

[Proposta de Lei 85/XIII](#)

Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital.

[Proposta de Lei 86/XIII](#)

Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/36/UE, 2014/66/UE e 2016/801, de 11 de maio

[Proposta de Lei 87/XIII](#)

Altera o procedimento e processo tributários

[Proposta de Lei 88/XIII](#)

Transpõe parcialmente a Diretiva 2014/91/UE, no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções

[Proposta de Lei 89/XIII](#)

Autoriza o Governo a regular o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultadoria relativamente a contratos de crédito, transpondo a Diretiva 2014/17/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação.

[Proposta de Lei 90/XIII](#)

Procede à quadragésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, à quinta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à primeira alteração à Lei de vigilância eletrónica, aprovada pela Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro e à segunda alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 885/XIII](#)

Recomenda ao Governo que aprove o diploma legal que define os casos, formas e termos em que os atos administrativos podem ser impostos coercivamente pela administração, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo

Autoria: CDS-PP

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 101/XIII](#)

Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local (terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados)

[Decreto da Assembleia 102/XIII](#)

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, procede à quarta alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

[Decreto da Assembleia 103/XIII](#)

Cria e regula o Registo Oncológico Nacional

[Decreto da Assembleia 104/XIII](#)

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado membro da União Europeia, transpõe a Diretiva 2015/413/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015, e revoga a Lei n.º 4/2014, de 7 de fevereiro

[Decreto da Assembleia 105/XIII](#)

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relativas ao registo de veículos, para efeitos de prevenção e investigação de infrações penais, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI

[Decreto da Assembleia 106/XIII](#)

Regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, do contrato de formação desportiva e do contrato de representação ou intermediação (revoga a Lei n.º 28/98, de 26 de junho)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

AMBIENTE

[Portaria n.º 173/2017 - Diário da República n.º 102/2017, Série I de 2017-05-26](#)

Defesa Nacional e Ambiente

Procede, para o ano de 2017, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional

ECNTRADORES DE TRÁFEGO AÉREO

[Decreto-Lei n.º 50/2017 - Diário da República n.º 100/2017, Série I de 2017-05-24](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Aumenta o limite de idade para o exercício de funções operacionais dos controladores do tráfego aéreo e a respetiva idade de reforma

CRÉDITOS MARÍTIMOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Presidente da República assina Decreto do Governo](#)

Registando os mais de 20 anos decorridos sobre a adoção do Protocolo, o Presidente da República assinou o Decreto que aprova a Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos, adotada em Londres, em 19 de novembro de 1976 e o Protocolo de 1996 de Emenda à Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos, 1976, adotado em Londres, em 3 de maio de 1996.

EDUCAÇÃO

[Resolução da Assembleia da República n.º 88/2017 - Diário da República n.º 99/2017, Série I de 2017-05-23](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que dê cumprimento à [Lei n.º 65/2015](#), de 3 de julho, alargando a universalidade da educação pré-escolar às crianças com 3 anos de idade

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Resolução da Assembleia da República n.º 89/2017 - Diário da República n.º 99/2017, Série I de 2017-05-23](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que estabeleça a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade



FAMÍLIA E MENORES

[Decreto-Lei n.º 50/2017 - Diário da República n.º 100/2017, Série I de 2017-05-24](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Aumenta o limite de idade para o exercício de funções operacionais dos controladores do tráfego aéreo e a respetiva idade de reforma



FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Endividamento do setor não financeiro - março de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Financiamento das administrações públicas - março de 2017](#)

Instruções

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - abril 2017](#)

[Consulta pública da ESMA sobre o Regulamento relativo aos fundos do mercado monetário](#)

ASF – AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma Regulamentar n.º 3/2017-R, de 18 de maio](#)

Norma regulamentar que estabelece os procedimentos de registo, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável

 FISCAL

[Lei n.º 22/2017 - Diário da República n.º 99/2017, Série I de 2017-05-23](#)

Assembleia da República

Altera o Código do Imposto do Selo, aprovado em anexo à [Lei n.º 150/99](#), de 11 de setembro, clarificando o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões

[Portaria n.º 169/2017 - Diário da República n.º 101/2017, Série I de 2017-05-25](#)

Finanças

Alteração ao anexo à [Portaria n.º 302-A/2016](#), de 2 de dezembro

[Resolução da Assembleia da República n.º 86/2017 - Diário da República n.º 98/2017, Série I de 2017-05-22](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que elimine as discriminações existentes em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares quanto ao exercício das responsabilidades parentais

[Aviso n.º 54/2017 - Diário da República n.º 98/2017, Série I de 2017-05-22](#)

Negócios Estrangeiros

Aprovação de Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para evitar a dupla tributação

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-Circulado n.º 20196/2017, de 22/05](#) - IRC - Taxas de derrama incidentes sobre o lucro tributável do período fiscal de 2016.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

IMOBILIÁRIO

[Decreto-Lei n.º 51/2017 - Diário da República n.º 101/2017, Série I de 2017-05-25](#)

Presidência e da Modernização Administrativa

Cria regime extraordinário de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas

LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

[Lei n.º 23/2017 - Diário da República n.º 99/2017, Série I de 2017-05-23](#)

Assembleia da República

Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela [Lei n.º 147/99](#), de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos

PENAL

OA – ORDEM DOS ADVOGADOS

[Parecer sobre a Proposta de Lei nº64/XIII/2ª\(GOV\)](#)

As novas realidades criminais implicam que o sistema de justiça criminal possa oferecer aos órgãos de polícia criminal e a todos os operadores judiciais um regime jurídico que, quanto à identificação judiciária, contribua, em termos de prova técnico-científica, para a descoberta da verdade material no âmbito da prevenção e do exercício da ação penal.

[Parecer sobre o Projeto de Lei nº479/XIII/2ª\(CDS-PP\)](#)

Determina a perda da nacionalidade portuguesa por cidadãos com outra nacionalidade que tenham sido condenados por sentença transitada em julgado, proferida ou revista e confirmada por tribunal português, por crime de terrorismo

PROCESSOS JUDICIAIS

[Portaria n.º 170/2017 - Diário da República n.º 101/2017, Série I de 2017-05-25](#)

Justiça

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 280/2013](#), de 26 de agosto, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

SAÚDE / LIFE SCIENCES

[Resolução da Assembleia da República n.º 85/2017 - Diário da República n.º 98/2017, Série I de 2017-05-22](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a criação de um código específico para as terapêuticas não convencionais no âmbito da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

TABACO

[Portaria n.º 168/2017 - Diário da República n.º 98/2017, Série I de 2017-05-22](#)

Saúde

Estabelece a lista prioritária de aditivos contidos em cigarros e tabaco de enrolar sujeitos a obrigações reforçadas de comunicação, nos termos do artigo 10.º da [Lei n.º 37/2007](#), de 14 de agosto, na redação conferida pela [Lei n.º 109/2015](#), de 26 de agosto

TRABALHO E EMPREGO

PGD – PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

[Parecer n.º 19/2016](#)

Processo Disciplinar — Pluralidade de Infrações — Unidade da Sanção Disciplinar — Apensação — Separação de Processos — Sucessão de Infrações — Acumulação de Infrações — Circunstância Agravante Especial — Procedimento Disciplinar — Princípio Non Bis In Idem — Processo Penal — Aplicação Subsidiária — Função Pública — Prazo de Prescrição — Termo Inicial.

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2017/M - Diário da República n.º 98/2017, Série I de 2017-05-22](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 23/2000/M](#), de 1 de setembro, que regula e garante o exercício do direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia Legislativa Regional por parte de grupos de cidadãos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2017/M - Diário da República n.º 99/2017, Série I de 2017-05-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Oitava alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M](#), de 7 de setembro, que estabelece a estrutura orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Orçamento da UE para o exercício de 2017

Aprovação definitiva (UE, Euratom) 2017/851 do [orçamento retificativo n.º 1 da União Europeia para o exercício de 2017](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Aquisição e detenção de armas

Diretiva (UE) 2017/853 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que [altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas \(Texto relevante para efeitos do EEE.\)](#)

Financeiro

Retificação do Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo aos [índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento e que altera as Diretivas 2008/48/CE e 2014/17/UE e o Regulamento \(UE\) n.º 596/2014](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Dados pessoais

Síntese do Parecer da AEPD sobre a Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à [proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições, órgãos, organismos e agências da União e à livre circulação desses dados e que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMISSÃO EUROPEIA

[Declaração do Vice-Presidente Andrus Ansip e da Comissária Věra Jourová, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.](#)

[Declaração da Comissária Corina Crețu sobre a proposta da Comissão de financiar na íntegra as operações de reconstrução na sequência de catástrofes naturais](#)

[Comissão debate futuro da defesa europeia](#)

No âmbito da reflexão sobre o rumo futuro da UE a 27, a Comissão realizou hoje um debate de orientação sobre o futuro da defesa europeia.

Consulta Pública

[Consulta pública sobre a Diretiva relativa às Bases de Dados: aplicação e impacto](#)

Domínio de intervenção: Digital economy

Período de consulta: 24 maio 2017 – 30 agosto 2017

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Financeiro

[Conclusões do Conselho sobre as apreciações aprofundadas e a aplicação das recomendações específicas por país de 2016](#)

Em 23 de maio de 2017, o Conselho adotou conclusões sobre as apreciações aprofundadas e a aplicação das recomendações específicas por país de 2016.

Fiscal

[Dupla tributação: Conselho define a sua posição sobre procedimentos de resolução de litígios](#)

O Conselho chegou a acordo sobre um projeto de diretiva que estabelece um novo sistema para resolver litígios em matéria de dupla tributação na UE.

Tecnologias

[Adaptação às mudanças tecnológicas e preservação da competitividade europeia e dos valores fundamentais nos serviços de comunicação social audiovisual](#)

O Conselho definiu uma orientação geral acerca da proposta de diretiva revista sobre serviços de comunicação social audiovisual. A presente proposta tem por objetivo dar resposta às inéditas mudanças tecnológicas e de mercado provocadas pela transição para a era digital, a fim de preservar a competitividade da indústria audiovisual europeia, preservando simultaneamente os valores fundamentais, tais como a proteção dos menores, o pluralismo dos meios de comunicação, a diversidade cultural e a proteção dos consumidores.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 25 DE MAIO DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Decreto-lei que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios às ações e projetos de movimentos associativos das comunidades portuguesas no estrangeiro.
- Decreto-lei que procede à adaptação da estrutura da Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Criação do Livro de Obra Eletrónico e a extinção da Ficha Técnica de Habitação.
- No âmbito da implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, foi ainda aprovado o Quadro de Ação Nacional, o qual vem enquadrar e dinamizar a concretização dessa infraestrutura, assim como dos objetivos do desenvolvimento do mercado de combustíveis alternativos no setor dos transportes.
- Decreto-lei que altera o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011